



## **Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas: uma História de 35 anos para Contar<sup>1</sup>**

Francielma da Costa Barbosa<sup>2</sup>

Inara Regina Batista da Costa<sup>3</sup>

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

### **Resumo**

No ano de 2012, a Habilitação Relações Públicas do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas completa 35 anos de existência. Apesar de ter completado três décadas e meia, percebia-se a necessidade de resgatar e sistematizar a memória institucional, ou pelo menos, fragmentos de memórias que pudessem ser conhecidos os fundadores do curso, professores pioneiros, dificuldades existentes, e outros fatos. O objetivo é contribuir com a valorização profissional da área por meio do resgate histórico que começa na criação da Habilitação até os dias atuais. Pesquisas bibliográficas, documentais e entrevistas foram utilizadas para registrar a trajetória do curso incluindo as revisões curriculares. Obteve-se um panorama histórico inicial podendo receber novas contribuições.

### **Palavras-chave**

Histórico do curso; Relações públicas na UFAM; Memória institucional.

### **Como tudo começou...**

Os primeiros cursos de Relações Públicas do país surgiram na década de 40 e 50 e possuíam um caráter essencialmente técnico, de acordo com Bittencourt (2012), porque visavam o aperfeiçoamento de servidores públicos durante a reforma administrativa pública.

Ilustrando essa assertiva, tem-se o registro de que, em 1949, o Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp), que fora criado para funcionar como órgão central da reforma administrativa protagonizada pelo Estado, instituiu o primeiro curso de Relações Públicas do Brasil. As demais instituições pioneiras no oferecimento de cursos livres em Relações Públicas figuram: a Escola de Serviço Público do então

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 03 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 17 a 19 de maio de 2012.

<sup>2</sup> Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal do Amazonas, email: [elma.uf@gmail.com](mailto:elma.uf@gmail.com)

<sup>3</sup> Relações Públicas, Professora Assistente e chefe do Departamento de Comunicação Social (gestão 2011-2012), integrante do Grupo de Pesquisa Interfaces. Email: [inara.rp@gmail.com](mailto:inara.rp@gmail.com)



Estado da Guanabara, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), de São Paulo, e o Instituto Promovendas do Ensino Técnico (IPET), do Rio de Janeiro.

O Curso Especial de Relações Públicas, promovido pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, em 1953, possuía, ainda, caráter de aperfeiçoamento. A ação contou com a participação dos professores norte-americanos Harwood L. Childs e Eric Carlson e tinha o propósito de formar gestores públicos, focando basicamente a função administrativa. Randolpho de Souza Bittencourt, um dos fundadores do curso de Relações Públicas na Universidade Federal do Amazonas, foi aluno do referido curso.

José Marques de Melo (1991, *apud* MOURA, 2008) destaca que tais ações ocorreram para atender uma necessidade emergente no mercado de trabalho. Para o autor, as universidades brasileiras tiveram um papel omissivo em relações a essas novas demandas sociais, em vista de que a formação de profissionais para a indústria da comunicação não ocorreu primeiramente no âmbito universitário, e sim fora, nos demais setores. Ou seja, ao invés das instituições se anteciparem no estudo desses fenômenos para formar profissionais qualificados, elas agregam-se a essas experiências tardiamente.

De acordo com Andrade (1993, p. 157-158), no final da década de 60, funcionavam, no país, “os cursos de RR.PP. da ECA; da Fundação Armando Álvares Penteado; da organização Mojiana de Educação e Cultura e da Escola Superior de Relações Públicas (Recife)”.

A partir da década de 70, estes cursos surgem em maior número, contudo, apesar dessa crescente popularidade e proliferação, tais cursos enfrentaram limitações inerentes a uma área ainda em concepção, tendo que conviver com a falta de profissionais capacitados para o ensino e com a pouca maturidade científica do campo.

No Amazonas, mais especificamente, na antiga Universidade do Amazonas, o curso de Comunicação Social foi criado em 1969, por meio da Resolução nº 02/69 – CONSUNI de 03 de fevereiro, inicialmente, como curso de Jornalismo, ligado à extinta Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras. Contudo, a implantação do curso só ocorreu em 1970, com a realização de seu primeiro vestibular, o qual ofertou 30 vagas. Nessa fase de implantação, após entendimento mantido com o Diretor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, foi celebrado convênio com a FUA – Fundação Universidade do Amazonas visando prover de professores o curso de Comunicação, bem como, professores oriundos de áreas do conhecimento em Ciências



Humanas da UFAM, haja vista que, naquele tempo, eram poucos os profissionais qualificados para a docência na capital do Amazonas.

No bojo da Reforma Universitária de 1969, aconteceu a reestruturação dos cursos da Universidade, por determinação da Resolução n.º 11/69 de 02 de setembro, no qual o Conselho Federal de Educação estabeleceu os cursos unificados de Comunicação Social, com as respectivas habilitações profissionais. Dessa forma, em 1971, o curso passou a denominar-se Curso de Comunicação e, em 1972, definiram-se as habilitações de Jornalismo e Relações Públicas para as turmas que entraram naquele ano. No entanto, conforme relato do prof. Randolpho Bittencourt, naquele tempo, o ensino de Relações Públicas fazia parte do currículo de Comunicação apenas enquanto disciplina. O prof. Walmir de Albuquerque Barbosa, o primeiro coordenador do curso de Comunicação Social da UFAM, em entrevista concedida exclusivamente para esta pesquisa, detalha um pouco mais:

Com a Reforma Universitária, criou-se o curso de Comunicação Social com as habilitações. No caso das Universidades que não tinham as habilitações, como era o caso da UFAM, que só ofertava Jornalismo, estabeleceu-se o seguinte: o curso de Comunicação era genérico e eram vistas disciplinas de algumas habilitações, sendo que os egressos saíam com uma habilitação genérica, podendo trabalhar como Jornalista, Relações Públicas e como Editor. Isso não agradou o MEC. Durou pouco mais de um ano, e nova reforma foi feita, sendo que foram feitas as distinções. No caso da UFAM, assim ficou: Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (BARBOSA, 2011).

### **A divisão do Curso de Comunicação Social em habilitações**

Avançando na cronologia do ensino das Relações Públicas, depara-se, em 1977, com um velho dilema da área. Houve, novamente, tanto por parte dos órgãos de classe, quanto de especialistas, iniciativas que visaram transferir a habilitação de Relações Públicas do Curso de Comunicação Social para o de Administração. Moura (2002), utilizando-se de trecho do Parecer dado em resposta à solicitação, o de n.º 002/78, afirma que a legislação profissional relativa às áreas em questão foi verificada e a transferência foi negada em função da “grande diversidade entre o campo de ação e as atribuições específicas de cada um desses profissionais”. O Parecer destacou, ainda, que a própria classe profissional estava dividida acerca da manifestação. Assim, o curso permaneceu como uma das habilitações do Curso de Comunicação Social.



A criação das habilitações pelo MEC, ainda em conformidade com BARBOSA (2011), gerou um problema para os Jornalistas. Somando a criação das habilitações à questão da ditadura militar e da censura, o curso de Jornalismo deixou de ser procurado pela elite, e assim houve uma “proletarização do Jornalismo”. A essa altura, em meio a diversas mudanças que ocorriam no âmbito social e econômico, uma em especial já abalava as estruturas dos negócios em todo o Brasil: o mercado passou a enquadrar-se no sistema de Administração moderna, cujo maior valor era dado à questão da imagem empresarial. Dava-se início, então, a um período em que eram maiores as ofertas de emprego na área, sendo que, enquanto antes se valorizava mais os Assessores de Imprensa, passou-se a valorizar mais os chamados Assessores de Relações Públicas.

Em 1975, com a extinção da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, o curso de Comunicação foi transferido para o recém-criado Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL. Este processo resultou na criação do Departamento de Comunicação Social.

Em um sábado, o então Reitor, prof<sup>o</sup> Aderson Dutra, chamou-me na Reitoria. Chegando lá, ele mesmo redigiu a Portaria, criando o DECOM, nomeando-me chefe de departamento e coordenador do curso de Comunicação Social. Saí de lá com o documento na mão. (BARBOSA, 2011).

Começou-se a repensar o curso de Comunicação Social dentro da Reforma Universitária, pois o mercado de trabalho já evocava a criação do curso de Relações Públicas. No entanto, o que determinou sua criação foi o entusiasmo e o incentivo do então chefe do Departamento de Administração da atual Faculdade de Estudos Sociais (FES) da UFAM, o prof. Randolpho Bittencourt – que possuía especialização em Relações Públicas pela Fundação Getúlio Vargas/RJ – e, também do prof. Cândido Teobaldo de Souza Andrade, que, por meio do convênio estabelecido com a Universidade de São Paulo – USP, naquele período prestava seus serviços à UFAM como docente do curso de Jornalismo, ministrando a disciplina de Relações Públicas.

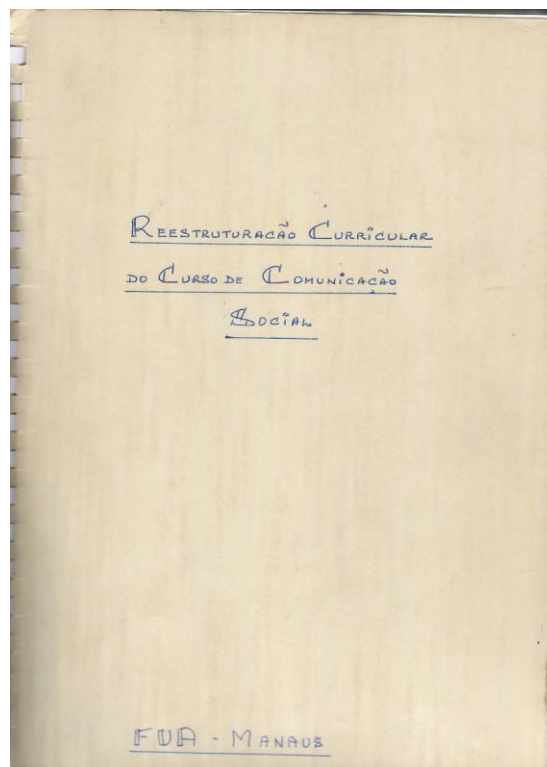
Em 1975, o prof<sup>o</sup> Andrade nos incentivou a participar de um congresso da ABRP que haveria em Belém. Assim, por meio da Reitoria da Universidade, fomos ao congresso eu, prof<sup>o</sup> Randolpho Bittencourt e o prof<sup>o</sup> Ruy Souto de Alencar. Fiquei animado porque era uma forma de ampliarmos o curso, atendermos às novas demandas do mercado e aos alunos, que já se interessavam pela criação da nova habilitação. Ao voltarmos do congresso, marcamos uma audiência com o Reitor, fizemos a sugestão e ele autorizou a criação da habilitação (2011).



A autorização foi dada por meio da emissão da portaria do Reitor da UFAM, sob o nº.0306/75 de 31 de maio de 1975, na qual designava uma comissão integrada pelos professores Arcélio Santin, sub-reitor para Assuntos Acadêmicos; Randolpho de Souza Bittencourt, chefe do Departamento de Administração e Walmir de Albuquerque Barbosa, coordenador do curso de Comunicação Social, com a finalidade de atender à solicitação do Conselho Federal de Educação. Mesmo após a saída do prof. Arcélio do quadro funcional da Universidade, a comissão deu continuidade ao projeto de reestruturação curricular.

### **Criação do Curso de Comunicação Social – habilitação Relações Públicas**

Os estudos preliminares foram feitos pelos professores Walmir de Albuquerque Barbosa e Randolpho de Souza Bittencourt conforme o documento original “Reestruturação Curricular do Curso de Comunicação Social” (figura abaixo) que trata do projeto elaborado, em virtude da Portaria N° 306/75 de 31 de maio de 1975 do Magnífico Reitor Aderson Dutra da Universidade do Amazonas (falecido em 17/02/2010), por solicitação do Conselho Federal de Educação, através do seu conselheiro prof. Benedito de Paula Bittencourt.



Capa do Documento que registra a divisão do curso em Habilitações (1975)



O Documento, disponibilizado pelo prof. Randolpho Bittencourt quando da realização da entrevista, foi desenvolvido de acordo com as seguintes etapas:

- 1.1 Levantamento e análise dos currículos das diversas Universidades Brasileiras que contem Cursos de Comunicação Social
- 1.2 Análise do currículo elaborado e proposta para as Universidades do Continente Americano, pela CIPERP – Comissão Interamericana para o Ensino de Relações Públicas, órgão vinculado à FIARP – Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas;
- 1.3 Estudo do parecer Celso Kely e Resolução 011/69 do Conselho Federal de Educação que estabelece o Currículo Mínimo para os Cursos de Comunicação Social;
- 1.4 Estudo específico sobre as necessidades de profissionais em cada área determinada da Comunicação Social;
- 1.5 Estudo da legislação para o Exercício Profissional;
- 1.6 Tomadas de depoimentos de profissionais das áreas de Jornalismo e Relações Públicas;
- 1.7 Análise da pesquisa sobre “Alguns aspectos do mercado de trabalho local e da sua capacidade de absorção”;
- 1.8 Aplicação de pesquisa com os alunos do Curso de Comunicação Social para sondagem de habilitações específicas (1975).

Após o levantamento do material de pesquisa e respectiva análise, foi elaborada uma proposta curricular com as disciplinas de caráter geral para os primeiros semestres e em seguida, as de caráter específico, concernente às áreas de habilitação diversificada.

O novo currículo – após o estudo da quantidade de créditos, a definição de disciplinas, carga horária mínima para cada habilitação, o sistema de créditos e de pré-requisitos – foi submetido à apreciação dos professores Rui Souto de Alencar, Chefe do Departamento de Comunicação Social, na ocasião, e Charles Magno Medeiros, responsável pelas disciplinas Jornalismo Comparado e Fundamentos Científicos da Comunicação e membro do mesmo Departamento, que o aprovaram em reunião com os autores do projeto.

Assim, o curso de graduação em Comunicação Social, por meio da Resolução n° 005 de 1977 – CONSUNI passou a formar profissionais nas habilitações de Jornalismo e de Relações Públicas. Abaixo o texto conclusivo sobre a inclusão de novas habilitações:

Diante do que foi pormenorizado no presente trabalho, propõe-se para a Universidade do Amazonas, a reformulação do Currículo do curso de Comunicação Social, com permanência da habilitação em Jornalismo e a inclusão da habilitação em RELAÇÕES PÚBLICAS. Preconiza-se, outrossim, a adoção de disciplinas comuns numa primeira etapa, para ambas especializações e, em seguida, a bifurcação do curso de acordo com as duas



opções, com disciplinas específicas de cada categoria profissional. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO para qualquer uma das opções deverá ser realizado após a conclusão da parte disciplinar, em um semestre letivo e como atividade única dos alunos finalistas. (1975)

Com isso, as Relações Públicas passaram a compor uma habilitação específica, possuindo elenco próprio de matérias. A primeira turma formou-se em 1978, com seis finalistas.

De acordo com o documento “Reestruturação Curricular do curso de Comunicação Social”, os primeiros professores que ministraram as disciplinas para a Habilitação Relações Públicas foram: Agnelo Balbi, Antônio José Vale da Costa, Eufrásio A. Bezerra, Elizabeth Donald Koling, José Lauro Tomé, José Maria Pinto, Luis Aurélio C. Costa, Manoel Bessa Filho, Raimundo Frânio Lima, Randolpho Bittencourt, Rodolfo Tsupal e Samuel Appenzeller.

### **Infraestrutura**

Em 1975, o curso de Comunicação Social adquiriu os primeiros equipamentos necessários para realização das aulas práticas, sendo que um ano depois foram instalados os primeiros laboratórios. Em sua monografia “Mercado de Trabalho para as Relações Públicas Governamentais” do ano de 1986, a aluna do curso de Relações Públicas Leilirene da Silva Lima afirma que as lutas dentro do curso eram muitas, por ser uma habilitação nova e conseqüentemente pouco aparelhada.

(...) faltava equipamentos para as aulas práticas, laboratórios improvisados, faltavam livros, a gráfica da Universidade não podia ser utilizada pelos alunos do curso, alguns professores vinham de outros lugares a convite do curso para ministrarem uma aula. Isso ocorria porque aqui não existiam ainda professores específicos da área, enfim uma série de problemas que os alunos tinham de enfrentar para conseguirem seu diploma (LIMA, p. 13, 1986).

De acordo ainda com Lima (1986), os problemas foram inúmeros, mas a Universidade do Amazonas estava aparelhando o novo *Campus* que estava em construção. Cita como exemplo, a construção de dois anfiteatros – atualmente conhecidos como Auditório Rio Solimões e Auditório Rio Negro – utilizados para seminários, debates e diversos eventos. “Além disso, temos uma sala de redação com bastantes máquinas de datilografia, videocassete, gravadores de fita k-7, e laboratórios em fase de implantação, além de outros materiais” (LIMA, p. 14, 1986).





Atualmente, o laboratório de Relações Públicas (Escritório-escola de Comunicação Social), denominado, de acordo com o projeto pedagógico, de Agência Experimental de Comunicação (Agexcom) está sendo devidamente organizado e equipado para retomada dos projetos. A Agência vem para cumprir o papel de laboratório para as práticas das diversas disciplinas específicas do corpo Relações Públicas, e a qual oferecerá serviços através dos núcleos: Organização de Eventos, Assessoria e Planejamento em Relações Públicas e Hemeroteca (editoração, documentação e informação relacionada à área de Relações Públicas).

Por meio de projeto de extensão, a Agexcom deverá ter uma identidade visual, desenvolvida por alunos do curso de Design, instrumentos de comunicação dirigida como folder e newsletter e organização de um evento para prospectar novos clientes, cujas ações estão sendo organizadas pelos alunos de Relações Públicas.

### **Projetos Pedagógicos**

Em 1984 houve a implantação do currículo mínimo para os Cursos de Comunicação Social e habilitações. No entanto, em meados da década de 90, concomitantemente a uma série de debates envolvendo a formação profissional em Relações Públicas, novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) foram estabelecidas, reconfigurando o sistema de ensino no Brasil. Dentre outras coisas, a referida Lei indicou a necessidade de desenvolver diretrizes curriculares adequadas, que constituam parâmetros para os cursos de graduação. Em 2001, o CNE/MEC aprovou as Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação Social e suas habilitações. Ou seja, a partir daquele momento, as Universidades passaram a ter mais liberdade para decidir seus conteúdos, sem a obrigação de seguir o currículo mínimo estabelecido em 1984. Com as novas diretrizes, os cursos poderiam continuar adotando as matérias/disciplinas do currículo mínimo, ao passo que poderiam fazer adaptações conforme suas vocações e realidade locais.

Atendendo este direcionamento, em 2006, houve uma comissão – oriunda do Departamento de Comunicação Social da UFAM – para elaborar uma nova estrutura curricular da qual a professora Maria Emília Abbud participava e em entrevista fez um breve relato.

2006 foi um ano de diversas discussões acerca da estrutura curricular. Chegamos a produzir uma nova estrutura curricular, a qual foi apresentada aos





alunos e a profissionais oriundos da UFAM, que contribuíram com diversas sugestões em relação à manutenção e remanejamento de disciplinas (ABBUD, 2011).

Com o início do movimento para estabelecer as Diretrizes Nacionais para os Cursos de Relações Públicas, a Comissão optou por esperá-las para realizar as alterações em conformidade com as novas diretrizes. Em 2011, por meio da Portaria nº 20/2011 – ICHL foi criada uma Comissão com a competência para elaborar o Projeto Político-Pedagógico do curso de Relações Públicas, formada pelo professor Henrique Wendhausen, presidente da Comissão (na ocasião o coordenador do curso), pelos professores Célia Maria da Silva Carvalho, Inara Regina Batista da Costa, Jonas da Silva Gomes Júnior, Judy Lima Tavares, Maria Emilia Pereira Abbud e pelo discente Bruno Henrique Strahm.

O Projeto Pedagógico de Relações Públicas foi aprovado pela Câmara de Ensino da Universidade Federal do Amazonas no início de 2012 e já se encontra em fase de implantação. A versão 2012 operacionaliza o curso em disciplinas obrigatórias e optativas, oferecidas em oito períodos, totalizando assim quatro anos; além da obrigatoriedade do aluno cumprir 360 horas de estágio e 180 horas de atividades complementares de extensão, pesquisa e/ou monitoria.

A questão do Estágio é um dos itens que se discutia quando ainda se tinha “currículo mínimo”. Um exemplo é o alerta para os discentes que Lima faz em sua monografia defendida em 1986.

(...) quando estiverem fazendo a disciplina prática Estágio Supervisionado, os alunos procurem algo mais do que a declaração e os créditos obrigatórios, mas tentem realizar trabalhos que sejam úteis na futura profissão. O estágio é muito importante para uma melhor formação, acredita-se que ele nos leve a praticar o certo, porém muitos lugares onde “estagiamos”, devido a um certo desconhecimento sobre RRPP, acabam fazendo com que realizemos atividades diferentes daquelas aprendidas teoricamente. Isso ocorre devido a deficiente supervisão tanto por parte da universidade quanto do curso, que deveriam acompanhar mais de perto os estagiários. (LIMA, p. 15, 1986).

Na versão 2012 do Projeto político-pedagógico aprovado recentemente, as disciplinas obrigatórias do curso visam oferecer ao aluno uma formação humanística, crítica e analítica do mercado de trabalho, sendo assim distribuídas em disciplinas teóricas, técnicas e de pesquisa da área da comunicação. O estágio obrigatório visa aproximar o aluno do mercado de trabalho, para assim aplicar e desenvolver habilidades e competências discutidas em sala de aula. As atividades de extensão, por sua vez,



visam levar o aluno a perceber a comunidade como campo de atuação de sua futura atividade profissional, compreendendo seu papel como cidadão, como por exemplo, a participação na Agência Experimental de Comunicação (AGEXCOM) e nos projetos oferecidos pelos docentes através da Atividade Curricular de Extensão (ACE) e Ações de Fluxo Limitado (PIBEX).

As atividades de monitoria têm por objetivo apresentar ao aluno a atividade docente, tendo um papel de apoio ao professor da disciplina. As atividades de pesquisa oferecidas visam formar o aluno-pesquisador, o qual, ainda nos primeiros períodos da faculdade tem a possibilidade de investigar cientificamente a área da comunicação, o que ainda poderá contribuir no ingresso do aluno no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM), também pertencente ao Departamento de Comunicação.

Atualmente, o acadêmico pode participar dos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisa em Ciências da Comunicação, Informação, Design e Artes (Interfaces), Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação Social (Gepecs), Programa de Educação Tutorial (PET), Grupo de Pesquisa em Semiótica da Comunicação (Mediação), e em breve, o Grupo de Pesquisa Comunicação Social e Estudos Interdisciplinares que está em fase de certificação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O aluno pode, também, desenvolver pesquisas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

### **E a história continua...**

Os trinta e cinco anos do curso de Relações Públicas têm muito mais “histórias para contar” do que os fragmentos que aqui foram organizados e sintetizados para obter um panorama inicial desde a criação do curso. Muitos *gaps* existem os quais devem ser pesquisados para dar continuidade na construção desta história. O lado quantitativo, por exemplo, necessita de uma dedicação maior para captação junto aos órgãos superiores da instituição, tais como, quantos e quem foram os coordenadores de curso, quantos bacharéis o curso de Relações Públicas formou desde a criação do curso até hoje, quantos e quem foram os professores, quais os principais marcos nestas três décadas e meia, etc.



Considera-se que o presente estudo é apenas o primeiro passo de um trabalho grandioso que está sendo executado por professores e alunos, cujo desafio é registrar a história em áudio, vídeo, impressos e/ou em imagens, exigindo planejamento e disponibilidade. Certamente vários fatos importantes não estão citados nesta pesquisa e nem todos os protagonistas foram entrevistados, portanto, sendo passível de alguns desencontros em virtude de lapsos de memória que podem, involuntariamente, ocorrer.

Enfim, é importante que novas pesquisas sejam realizadas, de modo a preservar não só a memória do curso de Relações Públicas, mas resgatar o orgulho de conhecer e ter a oportunidade de registrar e fazer parte da história das Relações Públicas no Amazonas. Para fazer o futuro é necessário conhecer o passado!

### **Referências bibliográficas**

ABBUD, Maria Emilia Pereira. **Entrevista sobre a revisão do Projeto político-pedagógico ano 2006**. Manaus, 30 de jun. 2011. Entrevista concedida a Francielma Costa.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Para entender Relações Públicas**. 4ª ed. São Paulo. Loyola, 1993.

BARBOSA, Walmir Albuquerque. **Entrevista sobre a Criação do Curso de Comunicação Social – habilitação Relações Públicas**. Manaus, 13 de jun. 2011. Entrevista concedida a Francielma Costa.

BITTENCOURT, Randolpho de Souza. **Entrevista sobre a Criação do Curso de Comunicação Social – habilitação Relações Públicas**. Manaus, 27 mar. 2012. Entrevista concedida a Inara Regina Batista da Costa, Jonas da Silva Gomes Jr e Danilo Egle dos Santos.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Propostas pedagógicas para o curso de relações públicas: análises e perspectivas**. In: PERUZZO, C. M. K. ; SILVA, R. B.. (Org.). Retrato do ensino em comunicação no Brasil. 1 ed. Taubaté, SP: Universidade de Taubaté /Intercom, 2003, v. 1, p. 45-62.

LIMA, Leilirene da Silva. **Mercado de Trabalho para as Relações Públicas Governamentais de Manaus**. Manaus: UFAM, 1986. Monografia (Comunicação Social habilitação Relações Públicas). Universidade Federal do Amazonas, 1986.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MOURA, Cláudia Peixoto de. (Org.) **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

PARECER CNE/CES N° 492/2001. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação Social**. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em 07 de março de 2011.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.



REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.  
Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1975.